

Política na Escola para Educadores

ARAÚJO, Maria Gutenara Martins.

BORGES, Henrique.

CORREIA, Ana Elisa Banhatta.

MARINHO, Thiago.

ROCHA, Tiago.

Resumo

A partir da experiência do Projeto de Extensão de Ação Contínua Política na Escola da Universidade de Brasília, surgiu o Política na Escola para Educadores, uma experiência que tem como objetivo inserir a discussão sobre política nos diferentes ambientes de aprendizado. Com duas edições, 2009 e 2011, o curso buscou ampliar o alcance do projeto, além de trabalhar agora não só com alunos do ensino fundamental, mas também com os educadores. São realizados encontros semanais nos moldes dos cursos de capacitação profissional da EAPE com 60 horas/aula, com carga direta e indireta.

Na primeira edição, a inserção da temática *política* no cotidiano escolar foi avaliada positivamente pelos educadores que participaram do curso. Para a segunda edição, um novo direcionamento é a possibilidade de formação de redes de atuação dentro de uma única cidade, englobando educadores e funcionários de todas as escolas da cidade. Como produto do curso, projetamos a formação de novos projetos que nasçam das demandas da comunidade escolar, de forma orgânica à cidade no sentido de uma atuação contínua e estruturada.

Palavras-chave

Política; Educação; Extensão;

Introdução

No ano de 2003 se iniciou a jornada do Projeto de Extensão de Ação Contínua da Universidade de Brasília “Política na Escola”. Este surgiu a partir da iniciativa de

estudantes do Instituto de Ciência Política da UnB através de atividades desenvolvidas pelo PET-POL¹ e mais tarde pelo CAPOL².

No decorrer destes oito anos, o projeto ganhou autonomia e trabalhou de forma ininterrupta, transitando entre diversas escolas públicas da cidade, principalmente da maior Região Administrativa³ do Distrito Federal, a Ceilândia. Inicialmente, o projeto surgiu com a proposta de desconstruir a imagem pejorativa que o termo *política* carrega, além de trazer a temática para dentro da escola, propondo uma visão de indivíduo como agente político. Assim, a cada ciclo são definidas temáticas centrais tais como *O que é política, participação, representação, história e comunidade e democracia*, que servem como ponto de partida para dinâmicas e discussões lúdicas, com foco em turmas de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental. O projeto já apresentou várias composições de grupo, agregando alunos de diversos cursos da UnB, mestrandos e inclusive alunos de outras universidades. Esta característica proporcionou uma dinamicidade criativa ao projeto, que a cada semestre tem buscado transformar e rediscutir suas temáticas e planos de encontro. O Política na Escola sempre buscou valorizar a diversidade de pensamento, no sentido de se tornar um espaço de diálogo entre diferentes visões de mundo.

Neste sentido, a ideia de dialogicidade de Paulo Freire⁴ é fundamental, tanto nas trocas de conhecimento dentro do âmbito universitário, quanto no diálogo entre universidade e comunidade. No projeto há um entendimento comum da política como algo próximo ao cotidiano, presente em todos os espaços sociais, tanto dentro da família, da escola, dos espaços da cidade quanto no Congresso Nacional.

Dadas as limitações de alcance do projeto e a partir do propósito de difundir a proposta de discussão da temática em ambientes de aprendizado, uma possibilidade levantada desde o início foi o desenvolvimento das atividades diretamente com professores da rede pública de ensino. Em 2008 esta proposta foi contemplada pelo edital PROEXT Cultura⁵, Ministério da Cultura, para aplicação de um curso de formação no ano de 2009.

¹ Programa de Estudo Tutorial de Ciência Política.

² Centro Acadêmico dos Estudantes de Ciência Política da UnB.

³ s Administrativas, também conhecidas como cidades satélites. Têm magnitude de verdadeiras cidades, apesar de não elegerem vereadores ou prefeitos. Os administradores regionais são escolhidos exclusivamente pelo Governador do DF.

⁴ FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação*. 8ª edição, Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1983.

⁵ <http://proext.cultura.gov.br/>

Material e Metodologia

O Política na Escola conta historicamente com um grupo rotativo, com uma média de trinta a quarenta membros a cada ano, sendo dois destes para cada turma de ensino fundamental participante do projeto. No melhor dos cenários e com essa estrutura, o projeto consegue alcançar vinte turmas, divididas entre duas ou três escolas.

Pela característica dinâmica do projeto, que a cada ano mudava de escola, pôde-se perceber que a continuidade das discussões nas escolas ainda dependia da presença dos monitores que incentivassem o processo. A partir da proposta de um impacto mais orgânico às escolas surgiu a possibilidade de trabalhar com turmas de educadores, para que a discussão sobre política dentro destes espaços de aprendizado não dependa e seja vinculada necessariamente ao Política na Escola, nem à sua forma específica de abordagem.

A primeira edição foi realizada durante o segundo semestre de 2009 em parceria com a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (EAPE). No total foram vinte e quatro educadores que finalizaram o curso, todos atuantes em escolas públicas do DF e que trabalhavam com crianças de 4º e 5º ano do Ensino Fundamental. O objetivo do curso para professores seguia o objetivo do projeto Política na Escola, ou seja, discutir política a partir de um conceito amplo e presente no cotidiano de todos e, a partir disso, discutir metodologias e possibilidades do ensino da temática em sala de aula com os estudantes. O curso foi de 120 horas, as quais estavam distribuídas em sob a forma de carga horário direta nos quinze encontros semanais e carga horária indireta através do desenvolvimento de aulas sobre a temática em suas escolas, além de leituras, produção de metodologias de aulas sobre política e avaliação das atividades desenvolvidas em suas aulas sobre política.

O curso teve como princípio discutir política de uma forma agradável e que fugisse do método tradicional em que há “um” que fala e “muitos” que escutam, portanto o desenvolvimento dos encontros buscou atividades que privilegiassem a discussão coletiva. Dessa forma, o curso realizado em 2009 foi uma experiência única de extensão para todos que se envolveram no projeto do curso, tanto para os educadores como para equipe interna.

Resultados e Discussões

A partir da experiência de 2009, foi possível uma avaliação dos resultados e aprimoramento da proposta. Em 2010 a proposta do curso de formação foi contemplada pelo Edital Nº5 ProExt 2011 do Ministério da Educação, proporcionando

o financiamento de uma segunda edição do curso em 2011, novamente em parceria com a EAPE.

Nesta nova experiência, a ideia de repassar os planos de encontro do Política na Escola ainda permanece, mas com um foco maior na possibilidade de criação de novas formas de atuação, adaptadas a realidade de cada escola e a cada professor. Portanto, percebemos que a simples reprodução da nossa abordagem metodológica da temática não é necessariamente interessante, já que a ideia não é apresentar um caminho único, mas sim proporcionar um espaço de criação de possibilidades a partir das temáticas levantadas.

Outras perspectivas levantadas se referem a dificuldade de acompanhamento das atividades e projetos dos professores, além da articulação de coletivos entre os participantes. Isso porque, ao realizar o curso com professores das diferentes Regiões Administrativas do Distrito Federal, a formação de redes apresentou limitações uma vez que tinham-se poucos professores da mesma escola, na maioria das vezes apenas um educador, além das escolas serem muito distantes umas das outras. Portanto, ter uma aplicação dispersa por todo Distrito Federal traz alguns benefícios, como a possibilidade de comparação de realidades diferentes, mas também traz como aspectos negativos uma maior dificuldade de mobilização que busque um impacto local, através da formação de redes de atuação.

Por esse motivo, no ano de 2011, o curso está atuando em apenas uma Região Administrativa do Distrito Federal, o SCIA⁶, especificamente na Cidade Estrutural. Tal escolha foi baseada na atuação do “Política na Escola”, que há quase dois anos vem atuando no local. Um produto que buscaremos atingir nessa nova edição é a formação de redes de capital social, entre educadores, funcionários, alunos e coletivos da cidade.

Pode se entender a partir de Baquero⁷ que o processo redemocratização do Brasil se deu mais a partir da via formal do que informal, com falta de canais de participação para além do canal eleitoral de participação democrática. Baquero sugere a formação de redes de capital social no sentido da busca de soluções sociais. Acreditamos que a realização do curso com educadores e funcionários de todas as escolas de uma mesma cidade estaria alinhado ao proposto por Avelar como canal

⁶ SCIA, ou Setor de Comércio, Indústria e Abastecimento é a Região Administrativa XXV, que engloba a Cidade do

⁷ BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.380-413.

organizacional de participação política⁸. Caminhando neste sentido, uma inovação é a proposta de constituição de “projetos Política na Escola”, não necessariamente vinculado ao projeto desenvolvido pelos alunos da UnB, mas vinculado às temáticas e práticas levantadas pelos professores durante todo curso, a partir das demandas da Cidade Estrutural e de suas escolas.

Conclusão

Além da inclusão da temática política nos ambientes de aprendizado, a partir desse momento, esperamos que a experiência possibilite a formação de rede entre as quatro escolas de ensino fundamental da região e, posteriormente, que essa rede se fortaleça e possa continuar discutindo e construindo projetos e discussões sobre a temática, independente da presença dos universitários extensionistas. O empoderamento dos espaços de educação por parte da comunidade proporciona a autonomia e a emancipação da mesma. Dessa forma, a discussão de *política* deve ocupar espaços e instituições sociais importantes como a escola para que esta busque ser um espaço livre de opressões. Para tanto, o debate sobre os impedimentos de uma escola mais livre, que respeite as capacidades e diversidade de todos seus membros, deve estar aliada à práticas que busquem esse fim.

Referências

- AVELAR, Lúcia. Capítulo 1: Participação Política, em *Sistema político brasileiro: uma introdução* Lúcia Avelar & Antônio Octávio Cintra (org). - Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed. 2004.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação*. 13a Edição. São Paulo: Paz e Terra. 2006
- GROTH, Terrie. *Política na Escola: ensino, aprendizagem e pesquisa-ação*, 2008.
- MONTEIRO, Tariára. “*Política na Escola: Extensão Universitária e Aprendizado de Política (2003 - 2005)*”, Monografia de Graduação, Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

⁸ VELAR, Lúcia. Capítulo 1: Participação Política, em *Sistema político brasileiro: uma introdução* Lúcia Avelar & Antônio Octávio Cintra (org). - Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed. 2004, p. 223-234.